

De: AZEVEDO SETTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

P/: SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR (SUEXT)

Ref: JOF-1412/2019, PROJETO BRA/18/023

**ANÁLISE DA PRÁTICA INTERNACIONAL RELATIVA À INSERÇÃO DE SERVIÇOS
EM REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARA
EXPORTAÇÃO**

**Memorando de pesquisa:
Argentina**

Sumário

Introdução	2
1. Indicação dos serviços abrangidos pelo regime, abordando eventuais restrições e exceções	3
2. Indicação dos possíveis beneficiários do regime, abordando eventuais restrições e exceções	6
3. Forma como a empresa interessada deve requerer o benefício.....	6
4. Modo como se dá a análise e a concessão do regime pela autoridade competente.....	7
5. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos).....	9
6. Tributos abrangidos pelo benefício	9
7. Documentos físicos ou eletrônicos utilizados para comprovar a operação	9
8. Normas e procedimentos aplicáveis à operação.....	9
9. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais	11
10. Dados estatísticos sobre a utilização do regime naquele país, se estiverem disponíveis ..	11
11. Informações sobre a aceitação internacional do regime	11
12. Conclusão	12
Referências consultadas.....	12

Introdução

A legislação Argentina prevê dois regimes complementares de relevo para o objeto do Projeto: drawback e reintegrações (*reintegros*). Dada a estipulação de que os regimes de drawback e reintegrações são compatíveis entre si e a pertinência de ambos para o objeto do Projeto, o presente memorando descreve ambos os regimes. Como introdução, observe-se que o regime de drawback trata da restituição de tributos sobre a importação de bens para exportação e não contempla insumos com natureza de serviços. Já o regime de *reintegros*, nos termos da legislação aplicável, é aquele em virtude do qual se restituem total ou parcialmente os encargos pagos a título de tributos internos pela mercadoria exportada para consumo a título oneroso, ou ainda pelos serviços que tenham sido prestados em relação à mercadoria.¹

Além dos regimes de drawback e reintegrações, a legislação Argentina prevê o regime de reembolsos, que também é relevante e será aqui apresentado. Por este regime, restituem-se total ou parcialmente os encargos pagos a título de tributos internos e os que possam ter sido pagos a título de tributos por importação prévia para consumo de mercadoria ou parte de mercadoria para exportação para consumo a título oneroso, ou ainda pelos serviços prestados em relação à mercadoria. Diferentemente dos regimes de drawback e reintegrações, salvo disposição em contrário, o regime de reembolsos não é acumulável com aqueles.

Uma explicação para a não acumulação do regime de reembolsos com os demais é o fato de que o último engloba tanto tributos internos sobre produtos e serviços como tributos sobre a importação de mercadorias. Já o drawback trata de tributos sobre a importação de mercadorias e o regime de reintegrações trata de tributos internos sobre produtos e serviços, sendo os dois últimos, portanto, potencialmente complementares. Apesar de, segundo a pesquisa realizada, o regime de reembolsos não estar em aplicação para

¹ Este relatório contempla o regime de reintegração estipulado na legislação aduaneira. O regime de reintegração do imposto sobre valor agregado (IVA) para exportadores corresponde à sistemática de créditos e débitos específicas deste imposto. Vide Decreto 280/1997, especialmente o artigo 43.

nenhum produto, este memorando trata deste regime, dada sua potencial relevância para o objeto do Projeto.

1. Indicação dos serviços abrangidos pelo regime, abordando eventuais restrições e exceções

Os regimes de drawback, de reintegrações e de reembolsos têm como legislação básica o Código Aduaneiro da Nação, publicado como Lei 22415 em 23 de março de 1981 (doravante Código Aduaneiro) e a Lei de Regime de Promoção de Exportações, publicada como Lei 23101 em 2 de novembro de 1984 (doravante Lei de Exportações).

O Código Aduaneiro (artigo 820) define o drawback como:

... o regime aduaneiro em virtude do qual se restituem, total ou parcialmente, os encargos que tenham sido pagos a título de tributos que gravaram as importações para consumo, sempre que a mercadoria tiver sido exportada para consumo: (a) após ter sido submetida, no território aduaneiro, a um processo de transformação, elaboração, combinação, mistura, reparo ou qualquer outro aperfeiçoamento ou benefício, ou (b) utilizando-se para acondicionar outra mercadoria exportada.

Considerando a definição acima, conclui-se que o drawback não contempla serviços utilizados como insumos ou associados à entrega de bens exportados.

O regime de reintegrações, por sua vez, é definido no artigo 825(1) do Código Aduaneiro como:

... o regime em virtude do qual se restituem, total ou parcialmente, os encargos que tenham sido pagos a título de tributos internos pela mercadoria que se exporta para consumo a título oneroso ou, ainda, pelos serviços que se tenha prestado com relação à mercadoria mencionada.

Nos termos do artigo 825(2) do Código Aduaneiro e do artigo 9(2) da Lei de Exportações, o regime de reintegrações aplica-se apenas a tributos internos e não inclui os tributos que possam ter gravado a importação para consumo, que, no caso, podem estar sujeitos

ao regime de drawback. Assim, os regimes de drawback e reintegrações podem ser vistos como medidas compatíveis, como expressa o artigo 826 do Código Aduaneiro, ou como complementares, no que se refere à desgravação de importações para processamento interno e posterior exportação.

O montante a reintegrar é estabelecido para cada mercadoria a exportar, por linha tarifária segundo o subitem da NCM. Sobre o valor assignado à mercadoria na exportação, a Direção Geral de Aduanas, por meio do Sistema Informatizado Malvina (SIM), aplica um percentual predeterminado para cada linha tarifária. Nos termos do artigo 1º do Decreto 1011/1991, o percentual em questão é aplicado sobre o valor FOB, FOR ou FOT da mercadoria a exportar, líquido do valor CIF dos insumos importados incorporados na mercadoria. Para o cálculo, portanto, toma-se como base exclusivamente o valor agregado produzido na Argentina.

Segundo o preâmbulo do Decreto 294/2017, que estipula a maior parte das alíquotas de reintegração vigentes, a fim de identificar as posições tarifárias passíveis de reintegração, analisou-se a incidência de insumos e serviços alcançados por impostos indiretos do tipo cumulativo, por ser um dos fatores determinantes da carga tributária associada aos produtos. Não foram encontradas informações mais específicas sobre se e como essa análise teria sido conduzida.

Finalmente, o Código Aduaneiro define o regime de reembolsos no artigo 827 como:

... o regime em virtude do qual se restituem, total ou parcialmente, os encargos que se haja pagado a título de tributos internos; assim como os que se haja podido pagar a título de importação prévia para consumo de toda ou parte da mercadoria que se exportar para consumo a título oneroso ou, ainda, pelos serviços que se haja prestado com relação à mencionada mercadoria.

O regime de reembolsos, segundo o artigo 828 do Código Aduaneiro, não se acumula com o regime de drawback² nem com o regime de reintegrações, salvo disposição em contrário. Uma explicação para este fato reside na constatação de que o regime de

² Vide ainda o artigo 6 da Lei de Exportações.

reembolsos abrange tanto os encargos a título de tributos sobre a importações como aqueles a título de tributos internos que onerem a exportação de bens, inclusive sobre serviços prestados com relação aos bens exportados.

Por outro lado, considerando que os bens elegíveis a cada regime e serviços compreendidos dependem de regulamentação (segundo o artigo 829), e considerando que a regulamentação pode ser diferente para cada regime, a aparente consistência no plano conceitual identificada acima pode, na prática, não se verificar. Cabe notar que os regimes de reintegração e reembolsos têm sido submetidos a alterações a depender de considerações macroeconômicas e opções de políticas cambiantes de exportação. Consequentemente, os regimes de reintegração e reembolsos não são executados de forma permanente e não necessariamente contemplam o universo de bens exportados da Argentina.

A título de ilustração, Relatório da OMC referente ao *Trade Policy Review* da Argentina menciona que, em 2013, o regime de reembolsos não estava em vigor para nenhum produto.³ Na mesma linha, a pesquisa refletida neste memorando não encontrou reembolsos vigentes no momento da elaboração. Em outro exemplo, o Decreto 639/2017 estabeleceu reintegração a alíquotas entre zero e 12% (percentual acima do normalmente admitido para o regime) para produtos do setor pesqueiro, com duração limitada a um ano.⁴ Os valores reintegrados não aparentam guardar proporcionalidade estrita com tributos acumuláveis ao longo do processo de produção e/ou comercialização dos bens em questão.

Entende-se que as oscilações na administração de reintegrações e reembolsos geram insegurança ao planejamento de médio e longo prazo dos exportadores, comprometendo, ao menos parcialmente, os objetivos dos regimes. Além disso, a existência de oscilações não relacionadas com características ou tributação dos bens e insumos correspondentes revelam que as alíquotas de reintegração e reembolsos podem ser estabelecidas sem consideração estrita da eventual acumulação de tributos ao longo da produção dos bens exportados. Tal fato coloca dúvidas sobre a consistência dos

³ Organização Mundial do Comércio: 2013,105.

⁴ Outros exemplos são o Decreto 592/2017 e o Decreto 1341/2016.

regimes de reintegrações e reembolsos à luz das regras da Organização Mundial do Comércio.⁵

2. Indicação dos possíveis beneficiários do regime, abordando eventuais restrições e exceções

Os beneficiários dos regimes de drawback, reintegrações e reembolsos são as empresas habilitadas exportadoras das mercadorias elegíveis.

No caso específico do drawback, o beneficiário deve ainda ser o importador direto dos insumos objeto de restituição via drawback, conforme estipula o artigo 5 da Resolução da Subsecretaria de Indústria e Comércio (SSIC) 177/1991, e há um prazo máximo de um ano entre a importação dos insumos e a oficialização, segundo o artigo 2.5 do Anexo III à Resolução AFIP 1921/2005 (texto atualizado).

No caso específico dos reembolsos, apesar da previsão legal, como adiantado acima, a pesquisa não encontrou reembolsos vigentes na data de elaboração do memorando.

3. Forma como a empresa interessada deve requerer o benefício

O interessado deve requerer o regime de drawback por meio de uma “solicitação de tipificação”, que deve ser acompanhada do detalhe do processo de fabricação do produto exportável, do despacho de importação autenticado pelo despachante aduaneiro e dos Anexos I e II à Resolução da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SiCyM) 108/2002 ou à Resolução SSIC 177/1991.⁶ Tais anexos contêm as informações requeridas para a tipificação da mercadoria a ser exportada e a qualificação

⁵ Ver também a breve discussão empreendida em Macuk, 2016 sobre o regime de reembolsos adicional aplicado a portos patagônicos.

⁶ Administración Federal de Ingresos Públicos (AFIP), Acceder al régimen de Draw Back; Resolución da SiCyM 108/2002 e Resolución SSIC 177/1991.

dos componentes importados. Além disso, são requeridas informações sobre matérias-primas e perdas recuperáveis, em formato solicitado pela AFIP.⁷

Para submeter a solicitação de tipificação, o exportador deve se inscrever como importador ou exportador na aduana e no Registro Único do Ministério da Produção (RUMP), ser importador direto da mercadoria, contar com chave única de identificação tributária (CUIT) e chave fiscal de nível dois ou superior e estar habilitado para Trâmites à Distância (TAD) junto à AFIP.

No caso do regime de reintegrações, de forma a permitir o cálculo da reintegração aplicável, segundo o artigo 1º do Decreto 2182/1991, a solicitante deve declarar na documentação de embarque para exportação o montante referente a insumos importados, a serem deduzidos do valor FOB, FOR, ou FOT da exportação. Finalizado o embarque, o exportador deve submeter a fatura comercial, cópia do conhecimento de embarque e cópia da permissão de embarque para verificação provisória da dívida.

Os reembolsos seguiriam procedimento similar às reintegrações.⁸ Em que pese a previsão legal do regime, como explicitado acima, a pesquisa não encontrou reembolsos vigentes na data de elaboração do memorando.

4. Modo como se dá a análise e a concessão do regime pela autoridade competente

No caso do regime de drawback, segundo o artigo 5 do Decreto 1012/1991, a SSIC publica a solicitação de tipificação em até cinco dias da data de apresentação e qualquer exportador interessado pode aderir à solicitação. Além disso, qualquer terceiro pode, em até dez dias da publicação, apresentar uma oposição. A resolução da SSIC que estabeleça a tipificação também é publicada e notificada à solicitante, à aderente e aos que tenham se oposto. A decisão deve ser tomada no prazo de 90 dias corridos da submissão de uma solicitação de tipificação devidamente instruída. A decisão em questão, nos termos do

⁷ Administración Federal de Ingresos Públicos (AFIP), Acceder al régimen de Draw Back, Tabla de valor de mercaderías e Tabla de mermas – Pérdidas recuperables.

⁸ AFIP, 'Beneficios de Exportación'. Ver también o Resolución AFIP 1921/205, texto actualizado, Anexo III.

artigo 6 do Decreto 1012/1991, será aplicada a todas as solicitações de exportação para consumo em que seja indicado o número da solicitação de tipificação.

A decisão pode ser atualizada de ofício ou a pedido, em casos de alteração dos direitos sobre importação, taxa estatística, fundo de promoção a exportações, IVA ou outros fatores. O procedimento para atualizações é o mesmo das tipificações iniciais. Novas tipificações serão aplicadas a solicitações de exportação para consumo registradas a partir de sessenta dias corridos após a entrada em vigor da resolução que estabeleça a nova tipificação, segundo o artigo 8 do Decreto 1012/1991.

No caso do benefício de reintegração, verifica-se se o exportador se encontra habilitado previamente e em conformidade fiscal, concluiu a operação (de exportação) conforme o bem tenha sido apresentado na declaração pós-embarque de acordo com o procedimento pertinente, apresentou a fatura comercial e demais documentos requeridos pelo SIM, pagou os direitos sobre a exportações da operação correspondente, se aplicável, e se o exportador declarou uma conta vigente para o recebimento dos fundos. Além disso, é realizado um cruzamento da fatura e dos documentos requeridos pelo SIM com o manifesto de exportações (para a via de transporte correspondente) e verificada a existência de bloqueios ou embargos. Finalmente, o Banco Central da República Argentina deve confirmar a conformidade do exportador em relação à liquidação de câmbio.⁹ Cumpridos esses requisitos, os valores correspondentes são transferidos para a conta bancária do exportador.

Os reembolsos seguiriam procedimento similar às reintegrações.¹⁰ Em que pese a previsão legal do regime, como explicitado acima, a pesquisa não encontrou reembolsos vigentes na data de elaboração do memorando.

⁹ AFIP, 'Beneficios de Exportación'.

¹⁰ AFIP, 'Beneficios de Exportación'. Ver também o Resolución AFIP 1921/205, texto atualizado, Anexo III.

5. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos)

O regime de drawback, o regime de reintegração e regime de reembolsos (este último quando vigente) aplicam-se sob a modalidade restituição.

6. Tributos abrangidos pelo benefício

O regime de drawback abrange os direitos sobre a importação e taxa estatística aplicados aos insumos importados da mercadoria exportada.¹¹

O regime de reintegrações abrange os tributos internos aplicáveis a bens e serviços que se haja prestado em relação com a mercadoria exportada, conforme explicita o artigo 825(1) do Código Aduaneiro.

Na dicção do artigo 827 do Código Aduaneiro, o regime de reembolso abarcaria os tributos abrangidos nos regimes de drawback e reintegrações. Em que pese a previsão legal do regime, como explicitado acima, a pesquisa não encontrou reembolsos vigentes na data de elaboração do memorando.

7. Documentos físicos ou eletrônicos utilizados para comprovar a operação

Além dos documentos identificados na Seção 3 acima, nos termos da Resolução AFIP 1921/2005, Anexo III, artigo 4, são requeridos a fatura comercial e demais documentos exigidos pelo Sistema Informático Malvina (SIM), que são cruzados eletronicamente com o manifesto de exportação.

8. Normas e procedimentos aplicáveis à operação

Os ritos para liquidação do regime de drawback são dispostos no Anexo III à Resolução AFIP 1921/2005, artigos 2 a 5 e são resumidos a seguir. Nas destinações de importações

¹¹ AFIP, Acceder al régimen de Draw Back; Decreto 1012/1991, texto atualizado.

para consumo, deve-se informar se a mercadoria importada poderá ser utilizada para o benefício do drawback por código próprio, no momento da declaração ou posteriormente. Quando do registro da destinação para exportação para consumo que liquidará o benefício, o declarante registrará, para cada item, o detalhe das destinações de importação para consumo, a quantidade de unidades utilizadas e o número do Certificado de Tipificação de Drawback aplicável. O sistema controla a relação insumo-produto estabelecida no Certificado de Tipificação e, identificada conformidade, liquida os conceitos correspondentes.

As quantidades e códigos NCM declaradas na importação e exportação deverão coincidir com as indicadas nos Certificados de Tipificação para cada insumo. Caso haja diferenças no momento do embarque, no registro da declaração pós-embarque, a declarante deverá modificar a quantidade de insumos declarados, para permitir o recálculo do benefício. Nesse caso, o procedimento corre por autuação administrativa e os resultados são posteriormente refletidos no sistema.

Ainda quanto ao regime de drawback, o artigo 9 do Decreto 1012/1991 encarrega a Administração Nacional de Aduanas (ANA) de adotar as cautelas necessárias para que as aduanas verifiquem, de acordo com os métodos que considerem mais conveniente, a conformidade da mercadoria a exportar com a mercadoria objeto da tipificação correspondente. Para tanto, cabe ao exportador individualizar o número da solicitação ou adesão de tipificação na documentação aduaneira para embarque.

A liquidação do montante de drawback estabelecido é feita pela Direção Geral de Aduanas (DGA) da AFIP, seguindo as regras para cálculo dos tributos vigentes na data do registro de destinação para consumo das mercadorias sob o regime, conforme o artigo 10 do Decreto 1012/1991. Uma vez realizado cada embarque para exportação e cumpridos os requisitos, a DGA promoverá a liberação do montante a título de drawback em favor do exportador, sem prejuízo das verificações que possam ter ficado pendentes.

No caso dos regimes de reintegrações e reembolsos, os ritos para liquidação e reembolsos são os indicados na Seção 4 acima e os dispostos no Anexo III à Resolução AFIP 1921/2005, artigos 3 a 5. Além disso, os artigos 830 a 832 do Código Aduaneiro

versam sobre as datas utilizadas para fins de liquidação dos montantes no que se refere ao regime aplicável a mercadorias e taxas de câmbio e a possibilidade de liberação dos montantes, mediante garantia, quando do ingresso da mercadoria a ser exportada em depósito aduaneiro.

Finalmente, para os três regimes objeto deste memorando, o Código Aduaneiro traz regras para incidência de juros e correção sobre valores devidos e eventualmente não pagos pelo fisco, caducidade e prescrição do direito de solicitar e reclamar sobre os pagamentos a título de estímulos à exportação, bem como acerca da recuperação de valores recebidos indevidamente pelo exportador.¹² Tais regras se aplicam aos regimes de drawback, reintegração e reembolsos.

9. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais

Não foram encontrados estudos sobre o percentual das exportações argentinas amparadas pelo regime de drawback.

10. Dados estatísticos sobre a utilização do regime naquele país, se estiverem disponíveis

Não foram encontrados dados estatísticos sobre a utilização dos regimes ora apresentados.

11. Informações sobre a aceitação internacional do regime

Não foram encontrados pedidos de consulta relacionados ao regime na base de controvérsias da OMC.

¹² Código Aduaneiro, artigos 837-855.

12. Conclusão

O fato de a legislação argentina prever a restituição de tributos acumulados ao longo da cadeia de exportação inclusive quanto a serviços prestados é relevante para o objeto do Projeto. Entretanto (e apesar de não ter sido encontrado pedido de consulta relacionados ao regime no âmbito da OMC), é necessário ressaltar que os regimes de reintegrações e reembolsos não aparentam garantir correspondência entre os montantes restituídos e os tributos efetivamente acumulados ao longo da cadeia exportadora. Este fato coloca dúvidas sobre a consistência do regime à luz das regras multilaterais.

Os regimes de reintegração e reembolsos têm sido submetidos a alterações a depender de considerações macroeconômicas e opções de políticas cambiantes de exportação. Consequentemente, os regimes de reintegração e reembolsos não são executados de forma permanente e não necessariamente contemplam o universo de bens exportados da Argentina. As oscilações na administração de reintegrações e reembolsos podem produzir insegurança ao planejamento de médio e longo prazo dos exportadores, comprometendo, ao menos parcialmente, os objetivos dos regimes. Além disso, essas mudanças e a seletividade do regime revelam que as alíquotas de reintegração e reembolsos podem ser estabelecidas sem consideração estrita da eventual acumulação de tributos ao longo da produção dos bens exportados. Este agrava a dúvida sobre a consistência dos regimes de reintegrações e reembolsos à luz das regras da OMC.

Referências consultadas

AFIP, Acceder al régimen de Draw Back, disponível em <https://www.argentina.gob.ar/acceder-al-regimen-de-draw-back>, acesso em 13 de maio de 2020.

AFIP, 'Benefícios de Exportación', disponível em <http://www.afip.gob.ar/beneficiosdeexportacion/#ver>, acesso em 13 de maio de 2020.

ARGENTINA, Decreto 1012/1991, publicado em 29 de maio de 1991, texto atualizado, disponível em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/5000-9999/6312/texact.htm>, acesso em 13 de maio de 2020.

ARGENTINA, Decreto 1011/1991, publicado em 29 de maio de 1991, disponível em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/5000-9999/6311/norma.htm>, acesso em 13 de maio de 2020.

ARGENTINA, Decreto 2182/1991, publicado em 21 de outubro de 1991, disponível em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/5000-9999/7438/norma.htm>, acesso em 13 de maio de 2020.

ARGENTINA, Resolución SSIC 177/1991, publicada em 27 de junho de 1991, disponível em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/23439/norma.htm>, acesso em 13 de maio de 2020.

ARGENTINA, Resolución General AFIP 1921/2005, publicada em 4 de agosto de 2005, disponível em http://biblioteca.afip.gob.ar/dcp/REAG01001921_2005_08_04, acesso em 13 de maio de 2020.

ARGENTINA, Decreto 1341/2016, publicado em 30 de dezembro de 2016, disponível em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/270000-274999/270117/norma.htm>, acesso em 13 de maio de 2020.

ARGENTINA, Decreto 280/2017, publicado em 15 de abril de 1997, disponível em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=42701>, acesso em 13 de maio de 2020.

ARGENTINA, Decreto 294/2017, publicado em 27 de abril de 2017, disponível em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/270000-274999/274151/norma.htm>, acesso em 13 de maio de 2020.

ARGENTINA, Decreto 592/2017, publicado em 28 de julho de 2017, disponível em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/275000-279999/277521/norma.htm>, acesso em 13 de maio de 2020.

ARGENTINA, Decreto 639/2017, publicado em 10 de agosto de 2017, disponível em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/275000-279999/278121/norma.htm>, acesso em 13 de maio de 2020.

ARGENTINA, Ley 22415/1981, publicada em 23 de março de 1981, disponível em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=16536>, acesso em 13 de maio de 2020.

ARGENTINA, Ley 23101/1984, publicada em 23 de março de 1984, disponível em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=27277>, acesso em 13 de maio de 2020.

MACUK, A., Reembolsos y reintegros a exportaciones patagônicas, in Ámbito.com, 20 de dezembro de 2016, disponível em <https://www.ambito.com/edicion-impresa/reembolsos-y-reintegros-exportaciones-patagonicas-n3966459>, acesso em 13 de maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, Trade Policy Review, Report by the Secretariat, Argentina, Revision, documento WT/TPR/S/277/Rev.1, 14 de junho de 2013.